

PoMuC

Programa Políticas sobre Mudança do Clima

Produto elaborado para:

Ministério do Meio Ambiente

Cooperação Alemã para o Desenvolvimento

Deutsche Gesellschaft für

Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH

Desenvolvimento de metodologia para avaliação de Salvaguardas de REDD+

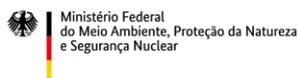


Elaborado por:

GRUPO NSC
Natureza,
Sociedade e
Conservação

Camila Pianca
Carlos Eduardo Marinelli
Cinthya Rejane de Jesus Cordova

Por ordem do



Ministério Federal
do Meio Ambiente, Proteção da Natureza
e Segurança Nuclear

Por meio da



Deutsche Gesellschaft
für Internationale
Zusammenarbeit (GIZ) GmbH

MINISTÉRIO DA FAZENDA MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE

Desenvolvimento de metodologia para avaliação de Salvaguardas de REDD+

Produto Elaborado para:

Ministério do Meio Ambiente

Cooperação Alemã para o Desenvolvimento

Deutsche Gesellschaft für
Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH

Elaborado por: Grupo Natureza, Sociedade e Conservação

Autores: Camila Pianca
Carlos Eduardo Marinelli
Cinthyá Rejane de Jesus Cordova

Esse documento foi elaborado no âmbito do projeto PoMuC, resultado de uma articulação bilateral entre os Governos do Brasil e da Alemanha, no contexto da Iniciativa Internacional sobre Mudança do Clima (IKI) do Ministério Federal do Ambiente, Proteção da Natureza e Segurança Nuclear da Alemanha (BMU), o PoMuC é coordenado pelo Ministério brasileiro de Meio Ambiente (MMA) e envolve diretamente o Ministério da Fazenda (MF) e outros parceiros institucionais, e conta com o apoio técnico da Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH, agência executora da cooperação técnica alemã.

Coordenação: Monique Ferreira (MMA),
Leandra Fatorelli (GIZ),

Setembro de 2018

Informações Legais

1. Todas as indicações, dados e resultados deste estudo foram compilados e cuidadosamente revisados pelo(s) autor(es). No entanto, erros com relação ao conteúdo não podem ser evitados. Consequentemente, nem a GIZ, **nem o Ministério do Meio Ambiente, nem o Ministério da Fazenda** ou o(s) autor(es) podem ser responsabilizados por qualquer reivindicação, perda ou prejuízo direto ou indireto resultante do uso ou confiança depositada sobre as informações contidas neste estudo, ou direta ou indiretamente resultante dos erros, imprecisões ou omissões de informações neste estudo.

2. A duplicação ou reprodução de todo ou partes do estudo (incluindo a transferência de dados para sistemas de armazenamento de mídia) e distribuição para fins não comerciais é permitida, desde que a GIZ, **o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério da Fazenda** sejam citados como fonte da informação. Para outros usos comerciais, incluindo duplicação, reprodução ou distribuição de todo ou partes deste estudo, é necessário o consentimento escrito da GIZ, **além da citação como fonte de informação da GIZ, Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Fazenda.**

RELATÓRIO SÍNTESE DOS RESULTADOS

OFICINA 4 - CONSTRUÇÃO DE INDICADORES SOCIOAMBIENTAIS DAS SALVAGUARDAS DE REDD+ (Salvaguardas E G)

Belo Horizonte, 04 de junho a 06 de junho de 2018



Equipe de condução

Camila Pianca – Consultora Grupo NSC (supervisão técnica e elaboração do relatório)

Carlos Eduardo Marinelli – Consultor Grupo NSC (metodologia e facilitação)

Cinthyá Rejane de Jesus Cordova – Consultora Grupo NSC (apoio e relatoria das oficinas)

Este documento é fruto de uma parceria entre o **Ministério do Meio Ambiente (MMA/DPCD)**, **Programa de Políticas para Mudanças do Clima – PoMuC (Cooperação Técnica Alemã – GIZ)** e o **Grupo Natureza, Sociedade e Conservação (NSC)**. O objetivo desta parceria é o desenvolvimento de metodologia para avaliar se cada uma das salvaguardas de Cancun tem sido considerada e respeitada nas políticas que levam aos resultados de REDD+ e na aplicação de recursos provenientes de pagamentos por resultados. Fundado em 2012, o Grupo NSC é comprometido em trabalhar as relações entre a natureza e a sociedade por meio do desenvolvimento e análise de sistemas de informação e indicadores socioambientais adotando métodos participativos e colaborativos. Para isso, o NSC valoriza a integração de diferentes formas de conhecimento com vistas ao empoderamento de grupos e organizações envolvidas na governança de projetos, programas e políticas socioambientais, em busca de um desenvolvimento local mais justo e democrático.

Para citar esse documento: Pianca, C.C.; Marinelli, C.E. e Cordova, C.R.J (2018). Construção de indicadores socioambientais para as salvaguardas de REDD+ (E G). Desenvolvimento da metodologia de avaliação das salvaguardas de REDD+ do Brasil. Relatório. Grupo Natureza, Sociedade e Conservação (NSC), Departamento de Políticas de Combate ao Desmatamento do Ministério do Meio Ambiente (DPCD/MMA) e Cooperação Técnica Alemã (GIZ). Brasília. 43p

Nota: Este documento foi produzido com objetivo de sistematizar os resultados da oficina e não necessariamente representa os encaminhamentos finais dados ao SISREDD+.

Algumas avaliações feitas por participantes ao término das atividades

“A regularização fundiária, a regularização de territórios é uma terminologia que nos incomoda muito, porque nossos territórios não são irregulares, na verdade essa coisa da titulação é mera burocracia de estado. A constituição federal já diz que era um direito nosso e ainda assim tem um monte de mecanismos que são institucionalizados e acabam emperrando e prejudicando muito a nós...somente 77% dos territórios quilombolas do Brasil não tem título de terra” “Espero realmente ter contribuído de alguma forma com a nossa presença, com algumas falas. E que a gente efetivamente consiga que essa política seja benéfica para a sociedade”

Raimundo Magno C. Nascimento, Comunidade Quilombo África e Larantijuba em Moju, Pará

“Para nós foi um aprendizado muito grande, a forma metodológica, o jeito de escutar, de saber ouvir e de se expressar nos momentos certos. Senti que na oficina do Acre foi meio tenso, mas serviu como base para que as próximas oficinas funcionassem bem assim... A gente se sente até orgulhoso de ter participado da construção desse processo”

Manoel Edivaldo Santos Matos, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém (STTR), Grupo Carta de Belém, Pará

“No maranhão assim como em todos os estados, nós temos o desejo de que as políticas sejam concretizadas, que a gente tenha nossa população tradicional valorizada e que apesar de a gente ter um histórico negativo [Amazônia maranhense] temos uma esperança de que as coisas possam melhorar, e eu tento carregar comigo que um copo sempre pode estar meio cheio ou meio vazio e pra mim o copo hoje está meio cheio, então a gente pode continuar melhorando e eu vou voltar para o meu estado com ideias mais positivas”

Israel Gomes Morais, Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais (SEMA-MA), Maranhão

“Queira agradecer a oportunidade de participar das oficinas... O que eu aprendi aqui nessas quatro oficinas foi muito mais do que esses dois anos participando de eventos e reuniões sobre esse assunto, porque a gente esteve em contato com quem é realmente impactado. Então eu saio daqui com uma imagem completamente diferente da que eu tinha, eu tinha noção, mas não tinha contato com a realidade... então foi construção de conhecimento, aprendizado do que queremos fazer no Amapá, e depois de tantos encontros criamos, também, amizades e relações de trabalho”

Jaqueline Homobono Nobre, Instituto Estadual de Florestas (IEF-AP), Amapá

“Para nós mineiros também foi muito importante receber o público da oficina. É fundamental a participação das populações tradicionais... e para as próximas também vale a pena, por que a gente tem representantes dos povos e comunidades tradicionais lá em cima no conselho nacional de povos e comunidades tradicionais, a gente tem o conselho estadual de povos e comunidades tradicionais aqui no estado de Minas Gerais...mas eu acho que foi bastante rica a oficina”

Aparecido Alves de Souza, Agricultores Familiares e Agroextrativistas de Frutos do Cerrado e da Caatinga do Norte de Minas, Minas Gerais

“Eu tenho uma grande admiração pelo processo, como ele se deu... Porque eu acho que vocês demonstraram até assim uma certa coragem de vir até a ponta, de se expor e de ouvir críticas e de estar sujeito a críticas, e tem muita demanda reprimida na ponta e quando vocês chegam, ‘vamos colocar porque é o espaço que a gente tem pra colocar’ e eu acho que ao longo do processo a gente foi construindo uma relação de confiança mesmo. E vocês até foram enfrentar desconfianças. O governo federal às vezes até chega na ponta, mas chega de uma forma, na área ambiental, de comando e controle, então todo mundo já fica com uma aversão. E eu acho que vocês chegaram na ponta para construir no início da construção, no início das bases e definições não é geralmente o que acontece. Acho que vocês foram flexíveis, recebendo essas críticas e tentando fazer as adequações e mudanças e foi muito nítido isso aqui e fluiu bem”

Luiza Muccillo, Pós-Graduação em Ciência Ambiental – USP (PROCAM – USP) – São Paulo

“E é fundamental essa troca de vivência, quilombolas, indígenas, cada um com suas características, e estar participando de uma oficina desse modo é muito importante, porque eu vejo que política ambiental brasileira está na hora de mudar,...porque basicamente ela foi formada no comando e controle...e eu quero dizer que nós não temos que esquecer do comando e controle, mas uma iniciativa como esta começa para trazer outras perspectivas para que possamos dar oportunidade aos brasileiros de ter uma melhoria de qualidade de vida, respeitando o meio ambiente, trabalhando... E REDD+ é uma oportunidade de mudança, de você estar trazendo realmente não uma punição, você está trazendo algum benefício, alguma gratidão. Eu vejo como uma forma de mudar uma política com uma base sólida, discutindo com as populações, discutindo com as comunidades”

João Paulo Mello Rodrigues Sarmiento, Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais (IEF-MG), Minas Gerais

“A gente vê a questão das salvaguardas como uma grande construção de política pública, para mim foi uma das pouquíssimas oportunidades, de como aqui já foi dito, da coisa ser construída da base ouvindo a base. Quem dera se todas as instâncias de governo ouvissem o povo para construir política, pode ser que essa seja a única, seja rara e eu vou dizer para todo mundo eu estava lá e isso é importante que nós nos sintamos muito importantes. E isso para nós, negros, porque eu disse e digo desde o início: a FUNAI existe a muito tempo e o Brasil conhece a FUNAI. Brasil não conhece negro nem terra de negro. Então a oportunidade de a gente ter, de poder falar da nossa vivência, das nossas coisas e puxar um pouco dessa sardinha dessas coisas que todo mundo vai levando e a gente vai ficando, é uma oportunidade para gente muito importante. Por isso eu acho que todas as oficinas foram muito bacanas e a gente conseguiu construir”

Janete dos Santos Oliveira, Terreiro de Umbanda Caboclo Sete Flechas, Pará

“Os recursos para participar desses espaços são muito difícil de se conseguir e as vagas muito mais ainda. Então quando eu saio, meu objetivo é participar 100% do processo e entender o máximo possível que eu puder e ensinar o que eu sei da melhor forma possível... Do processo que a gente discutiu aqui que nada mais é que o uso adequado das nossas terras, amparada por lei, para que ninguém chegue lá e tome o que é da gente, que de fato tem direito, de todos os povos. É isso que é uma das principais bagagens da nossa vida. E concluindo esse processo da melhor forma possível, dialogando entre si, a sociedade que está lá na ponta com a sociedade que está lá no Congresso, dentro do ministério coordenando essas políticas. Então quando a gente tem esses conhecimentos compartilhados, a gente pode chegar na comunidade da gente e dizer: olha esses aqui estão no caminho. E as vivências e as experiências das pessoas das comunidades que estão aqui. Então isso é formação de conhecimentos culturais. E ninguém paga isso, é muito rico”

Alexandre da Silva Maciel (Xandão) , Resex Chico Mendes, Acre

SUMÁRIO

1	Introdução.....	7
2	Data, local da oficina e Público	9
3	Objetivos da oficina	9
4	Programação	10
5	Perfil do público da oficina.....	11
6	Primeiro dia – <i>Integração dos participantes, atividades preparatórias, Abertura e apresentações institucionais</i>	12
6.1	De REDD+ à construção do SISREDD+.....	15
6.2	Ações de conservação e recuperação de vegetação nativa desenvolvidas pelo Instituto Estadual de Florestas/Minas Gerais.....	17
7	Segundo dia - <i>Apresentações preparatórias e construção de Indicadores</i>	19
7.1	O desenvolvimento do SISREDD+ e a Oficina de Minas Gerais	19
8	Segundo e terceiro dia – <i>Continuação dos Grupos de Trabalho para formulação de indicadores e feira de resultados</i>	21
9	ENCERRAMENTO E BALANÇO DA OFICINA	22
	Lista de participantes	23
	Lista de siglas	25
	Oficina 4 – Minas Gerais - Quadro de indicadores construídos para salvaguardas E e G	26

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Processo de desenvolvimento da metodologia de avaliação das salvaguardas de REDD+. Fonte: NSC	9
Figura 2: Perfil do público da oficina. Fonte: NSC	11
Figura 3. Mesa de abertura da Oficina 4 - SISREDD+, Belo Horizonte - MG. Fonte: NSC.....	12
Figura 4. Atividade de integração da Oficina 4 - SISREDD+, Belo Horizonte - MG. Fonte: NSC	13
Figura 5. Quadro de expectativas da Oficina 4 - SISREDD+, Belo Horizonte - MG.....	14
Figura 6: De REDD+ à construção do SISREDD+, Monique Ferreira (MMA). Fonte: NSC.....	17
Figura 7. Ações de conservação e recuperação de vegetação nativa em Minas Gerais, Fernanda Teixeira Silva (IEF-MG). Fonte: NSC.....	19
Figura 8: Construção participativa dos indicadores do SISREDD+ e a Oficina de Minas Gerais, Caê Marinelli (Grupo NSC). Fonte: NSC.....	21
Figura 9. Grupos de Trabalho para elaboração dos indicadores (Salv E e G). Fonte: NSC.....	22

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Quadro-resumo das expectativas de cada segmento para a oficina 4 do SISREDD+	14
--	----

1 INTRODUÇÃO

REDD+ (Redução das Emissões Provenientes por Desmatamento e da Degradação Florestal, Conservação dos Estoques de Carbono Florestal, Manejo Sustentável de Florestas e Aumento de Estoques de Carbono Florestal) é um instrumento econômico desenvolvido no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, na sigla em inglês) para incentivar financeiramente países em desenvolvimento por seus resultados por seus resultados no combate ao desmatamento e à degradação florestal e na promoção do aumento de cobertura florestal.

A decisão 1/CP. 16 da UNFCCC estabelece que, ao implementar atividades de REDD+, os países que desejam compensação financeira devem adotar as seguintes salvaguardas, conhecidas como Salvaguardas de Cancún¹:

- (a) Ações complementares ou consistentes com os objetivos dos programas florestais nacionais e outras convenções e acordos internacionais relevantes;
- (b) Estruturas de governança florestais nacionais transparentes e eficazes, tendo em vista a soberania nacional e a legislação nacional;
- (c) Respeito pelo conhecimento e direitos dos povos indígenas e membros de comunidades locais, levando-se em consideração as obrigações internacionais relevantes, circunstâncias e leis nacionais e observando que a Assembleia Geral da ONU adotou na Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas;
- (d) Participação plena e efetiva das partes interessadas, em particular povos indígenas e comunidades locais, nas ações referidas nos parágrafos e desta decisão;
- (e) Que as ações sejam consistentes com a conservação das florestas naturais e diversidade biológica, garantindo que as ações referidas no parágrafo desta decisão não sejam utilizadas para a conversão de florestas naturais, mas sim para incentivar a proteção e conservação das florestas naturais e seus serviços ecossistêmicos, e para melhorar outros benefícios sociais e ambientais;
- (f) Ações para tratar os riscos de reversões em resultados de REDD+;
- (g) Ações para reduzir o deslocamento de emissões de carbono para outras áreas.

A mesma decisão 1/CP. 16 da UNFCCC também estabelece, como um dos requisitos para que um país em desenvolvimento se torne apto a receber pagamentos por resultados de REDD+, o desenvolvimento de um Sistema de Informação sobre como as Salvaguardas de Cancun são Consideradas e Respeitadas (SISREDD+) durante a implementação de ações de REDD+. Esse sistema deve, conforme Decisão 2/CP. 17 da UNFCCC: i) informar de maneira transparente e acessível todas as partes interessadas; ii) ser flexível para permitir o seu aprimoramento ao longo do tempo; iii) oferecer informações sobre todas as salvaguardas; iv) ser desenvolvido de forma autônoma pelo país; e v) aproveitar-se dos sistemas de informação existentes.

No Brasil, o desenvolvimento do SISREDD+ está previsto na Estratégia Nacional de REDD+ (ENREDD+) na linha de ação de Coordenação de Políticas Públicas de Mudança do Clima, Biodiversidade e Florestas, incluindo Salvaguardas. A abordagem adotada pelo Governo brasileiro para a concepção de um sistema de informação de salvaguardas compreende o arranjo de governança, o processo de contextualização nacional das salvaguardas, a proposta conceitual e metodológica de avaliação das salvaguardas nacionais, o desenvolvimento de uma ferramenta tecnológica e mecanismos de ouvidoria, ambos pautados no princípio de integração de sistemas/arranjos já existentes. De maneira geral, o SISREDD+ deverá servir de meios para se monitorar o respeito e o cumprimento das salvaguardas de Cancún nas ações empreendidas no

¹ Salvaguardas de Cancun (<http://redd.mma.gov.br/pt/salvaguardas>)

âmbito da ENREDD+, prover maior transparência das mesmas para a sociedade brasileira e internacional, além de subsidiar o Sumário de Informação sobre Salvaguardas de REDD+ no Brasil².

O processo de desenvolvimento da metodologia de avaliação de Salvaguardas de REDD+ para o SISREDD+ teve início em novembro de 2017 e se estenderá até dezembro de 2018. As etapas principais deste processo são: 1. Estabelecimento dos requisitos do SISREDD+; 2. Desenvolvimento de indicadores para avaliação das salvaguardas de REDD+; e 3. Elaboração do documento conceitual da metodologia de avaliação das salvaguardas de REDD+. Este processo será baseado em oficinas regionais multissetoriais como a que foi realizada no estado do Acre (27/02-01/03) e as que serão realizadas nos estados do Mato Grosso (09-11/04), Pará (02 a 04/05), Minas Gerais (04 a 06/06) e no Distrito Federal (31/07 a 02/08), cada uma com objetivos, públicos e resultados específicos a serem alcançados, de acordo com as etapas de desenvolvimento do SISREDD+.

A oficina do Acre possibilitou a proposição de um conjunto de pré-requisitos do SISREDD+. Aqueles que foram validados pela CCT-Salvaguardas passam agora a ser referência para os trabalhos nas quatro oficinas posteriores (oficina 2-MT, 3-PA, 4-MG e 5-DF) e servirão de subsídios à priorização, decisão e conteúdo de consulta para orientar a construção dos indicadores.

Com os resultados obtidos em cada oficina subsidiando as oficinas subsequentes e de forma cumulativa, espera-se que este processo promova a complementaridade geográfica, identificação de necessidades comuns, integração de saberes e conhecimentos. Espera-se também que minimize a sobreposição de esforços, sem restringir possibilidades de aprimoramentos dos resultados obtidos ao longo das oficinas.

A figura abaixo ilustra o processo de *Desenvolvimento da Metodologia de Avaliação das Salvaguardas de REDD+*, com destaque para etapa atual (tracejada) de seu desenvolvimento. O processo de construção de metodologia de avaliação e de indicadores do SISREDD+ é coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente, com apoio técnico da Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH, cooperação técnica alemã, por meio do Programa de Políticas para Mudanças do Clima – PoMuC. No âmbito deste processo o Grupo Natureza, Sociedade e Conservação (Grupo NSC) atua como consultora especializada em sistemas de indicadores para o SISREDD+.

A construção da metodologia de avaliação e de indicadores do SISREDD+ conta ainda com a supervisão da Câmara Consultiva Temática sobre Salvaguardas (CCT-Salvaguardas), que desenvolveu a conceitualização das Salvaguardas de Cancun para o contexto brasileiro, considerado referência fundamental para metodologia de avaliação das salvaguardas brasileiras de REDD+ e do futuro desenvolvimento da ferramenta computacional do SISREDD+.

² Documento produzido anualmente pelo Brasil para informar como as salvaguardas estão sendo implementadas nas atividades de REDD+ (http://redd.mma.gov.br/images/salvaguardas/2sumariosalvaguardas_20170904.pdf).

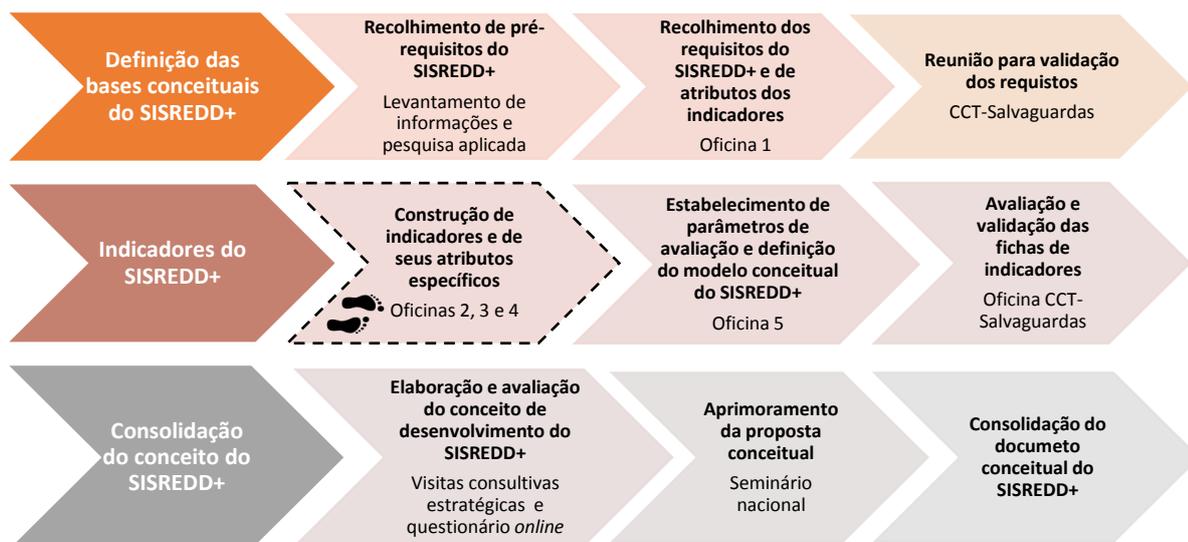


Figura 1: Processo de desenvolvimento da metodologia de avaliação das salvaguardas de REDD+. Fonte: NSC

A oficina de Minas Gerais foi a quarta atividade da etapa coletiva de desenvolvimento do SISREDD+ e o último dos três eventos (1º MT 09-11/04; 2º PA, 02-04/05; e 3º MG 04-06/06) para elaboração de indicadores. Para oficina de Minas Gerais as salvaguardas selecionadas foram:

- (e) *Ações consistentes com a conservação das florestas naturais e diversidade biológica, garantindo que as ações de REDD+ não sejam utilizadas para a conversão de florestas naturais, mas sim para incentivar a proteção e conservação das florestas naturais e seus serviços ecossistêmicos, e para contribuir para outros benefícios sociais e ambientais;* e
- (g) *Ações para reduzir o deslocamento de emissões de carbono para outras áreas.*

Os participantes da oficina de MG receberam um total de 30 alvos de monitoramento (divididos entre as duas salvaguardas) e um conjunto de requisitos para construção dos indicadores do SISREDD+.

2 DATA, LOCAL DA OFICINA E PÚBLICO

04 a 06/06/2018 – Belo Horizonte – Minas Gerais. Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais - CREA-MG.

A oficina teve participação de um grupo constituído de 33 participantes, representando 30 organizações oriundas de 13 estados brasileiros.

3 OBJETIVOS DA OFICINA

1. Apropriação dos requisitos do SISREDD+ e de seus alvos de monitoramento propostos na oficina do Acre (fev/2018) e validados pela Câmara Consultiva Temática sobre Salvaguardas (CCT-Salv);
2. Identificação e descrição de indicadores para salvaguardas E e G;
3. Descrição da cobertura e periodicidade de avaliação dos indicadores propostos.

4 PROGRAMAÇÃO

04/06. Integração e nivelamento

Manhã (atividade especial) - Preparatória de representantes de Povos Indígenas, Povos e Comunidades Tradicionais e da Agricultura Familiar

Tarde (Início da Oficina) - Boas vindas e Atividade de apresentação

Mesa de Abertura

- Monique Ferreira (Coord. Geral de Transparência e Financiamento para Florestas - Departamento de Florestas e de Combate ao Desmatamento do Ministério do Meio Ambiente)
- Elcio Manchineri (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB, Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia – COIAB e Comissão Nacional para REDD+ - CONAREDD+)
- Larissa Packer (Membro da Câmara Consultiva Temática de Salvaguardas – CCT- Salvaguardas e Grupo Carta de Belém – GCB)
- Fernanda Teixeira Silva (Diretora de Conservação e Recuperação de Ecossistemas - Instituto Estadual de Florestas – IEF/MG)

Atividade de Integração

Apresentações (nivelamento de informações)

- De REDD+ à construção do SISREDD+ (Monique Ferreira, Coordenadora Geral de Transparência e Financiamento para Florestas, Departamento de Florestas e de Combate ao Desmatamento do Ministério do Meio Ambiente)
- Ações de conservação e recuperação de vegetação nativa desenvolvidas pelo Instituto Estadual de Florestas/Minas Gerais (Fernanda Teixeira Silva, Diretora de Conservação e Recuperação de Ecossistemas – IEF/MG)

05/06. CONSTRUÇÃO DE INDICADORES

Apresentações preparatórias (Sistemas de informação e monitoramento)

- O desenvolvimento do SISREDD+ e a Oficina de Minas Gerais (Caê Marinelli, Grupo Natureza, Sociedade e Conservação e Mestrado em Gestão de Áreas Protegidas do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia)

Construção de Indicadores em grupos de trabalho

06/06. CONSTRUÇÃO DE INDICADORES E INTEGRAÇÃO DOS GRUPOS DE TRABALHO

- Construção de indicadores (continuação)
- Feira de resultados (intercâmbio entre os grupos), ajustes e priorização de indicadores
- Balanço da oficina, próximos passos e encerramento

5 PERFIL DO PÚBLICO DA OFICINA

33 pessoas presentes – 30 instituições – 13 estados

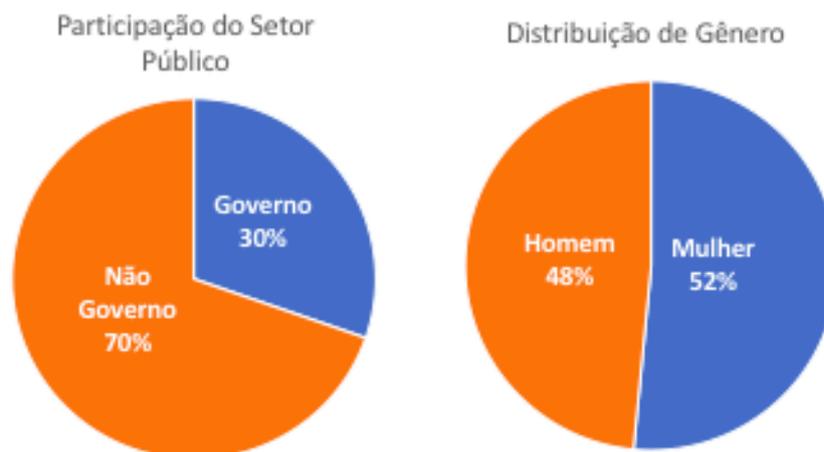
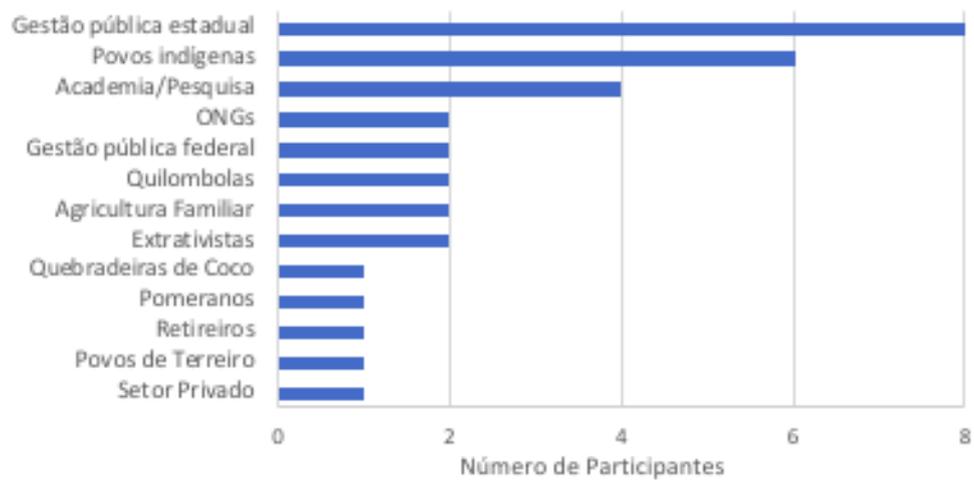


Figura 2: Perfil do público da oficina. Fonte: NSC

6 PRIMEIRO DIA – INTEGRAÇÃO DOS PARTICIPANTES, ATIVIDADES PREPARATÓRIAS, ABERTURA E APRESENTAÇÕES INSTITUCIONAIS

No período da manhã foram realizadas dinâmicas de integração e apresentação dos representantes de Povos Indígenas, Povos e Comunidades Tradicionais e da Agricultura Familiar. Em seguida, a atividade de nivelamento foi realizada pelos próprios representantes dos povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e da agricultura familiar e tradicional, com o apoio de representante do Ministério do Meio Ambiente (Alexandre Avelino).

Abertura institucional e atividades de plenária

No período vespertino houve a abertura oficial do evento. A mesa de abertura foi composta por representantes da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), do Ministério do Meio Ambiente (MMA), do Instituto Estadual de Florestas (IEF/MG) e da Câmara Consultiva Temática de Salvaguardas (CCT-Salvaguardas).



Figura 3. Mesa de abertura da Oficina 4 - SISREDD+, Belo Horizonte - MG. Fonte: NSC

Elcio Manchineri representante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia (COIAB) e Comissão Nacional para REDD+ (CONAREDD+) destacou a relevância da participação de representantes indígenas na construção dos indicadores e da oportunidade de colocar as formas de pensar desses povos sobre os assuntos das salvaguardas. Relembrou também que esse é um processo de construção “de várias mãos”, que abrange a exposição de pontos de vista, mas sem ferir o processo e sem perder o foco dos indicadores.

Monique Ferreira (Ministério do Meio Ambiente), Coordenadora Geral de Transparência e Financiamento para Florestas do Departamento de Florestas e de Combate ao Desmatamento, colocou que a Estratégia nacional de REDD+ não é apenas para a Amazônia, destacando a

necessidade de um entendimento do território de forma integral para a proteção eficaz das florestas e biomas. Explicou que a construção de indicadores é um processo participativo que busca constantemente evoluir para alcançar esse entendimento.

Fernanda Teixeira Silva (Instituto Estadual de Florestas – IEF/MG), diretora de Conservação e Recuperação de Ecossistemas, representando o estado anfitrião, destacou duas questões importantes para o avanço do processo que envolve os assuntos de REDD+ e das salvaguardas: a participação e envolvimento dos povos e comunidades tradicionais e a gestão e planejamento territorial que permitem a priorização de questões mais urgentes.

Larissa Packer, representante da Câmara Consultiva Temática de Salvaguardas (CCT-Salvaguardas) e do Grupo Carta de Belém (GCB) caracterizou as salvaguardas de REDD+ como considerações sobre os direitos humanos. Citou que a CCT-Salvaguardas é composta por representantes de vários segmentos, de povos e comunidades tradicionais e povos indígenas que levam o ponto de vista desses segmentos para as discussões. Colocou a importância da exposição destes pontos de vista no processo de construção participativa, assim como são as ouvidorias.

Em seguida foi realizada uma atividade de integração entre os participantes, para que eles compartilhassem as expectativas de cada segmento para a oficina. Os resultados foram registrados na tabela 1.



Figura 4. Atividade de integração da Oficina 4 - SISREDD+, Belo Horizonte - MG. Fonte: NSC

Tabela 1: Quadro-resumo das expectativas de cada segmento para a oficina 4 do SISREDD+

<ul style="list-style-type: none"> • Construir indicadores que contemplem as diferentes visões e consistentes para o monitoramento das políticas públicas de REDD+.
<ul style="list-style-type: none"> • Que o REDD+ ajude na regularização das terras dos povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e quilombolas.
<ul style="list-style-type: none"> • Que o REDD+ não garanta apoio à monocultura. Plantações não são florestas.
<ul style="list-style-type: none"> • Que o REDD+ garanta apoio para o monitoramento da agricultura familiar e tradicional.
<ul style="list-style-type: none"> • Haja inserção das propostas do modo de viver, dos conhecimentos tradicionais da população indígena nos indicadores
<ul style="list-style-type: none"> • Reforma agrária justa.
<ul style="list-style-type: none"> • Plantações não são florestas - Código florestal diferente métrica de carbono.
<ul style="list-style-type: none"> • Haja tradução, entendimento e mediação dos conceitos e salvaguardas trabalhadas por diversos atores, afim de garantir melhor construção e implementação de salvaguardas.

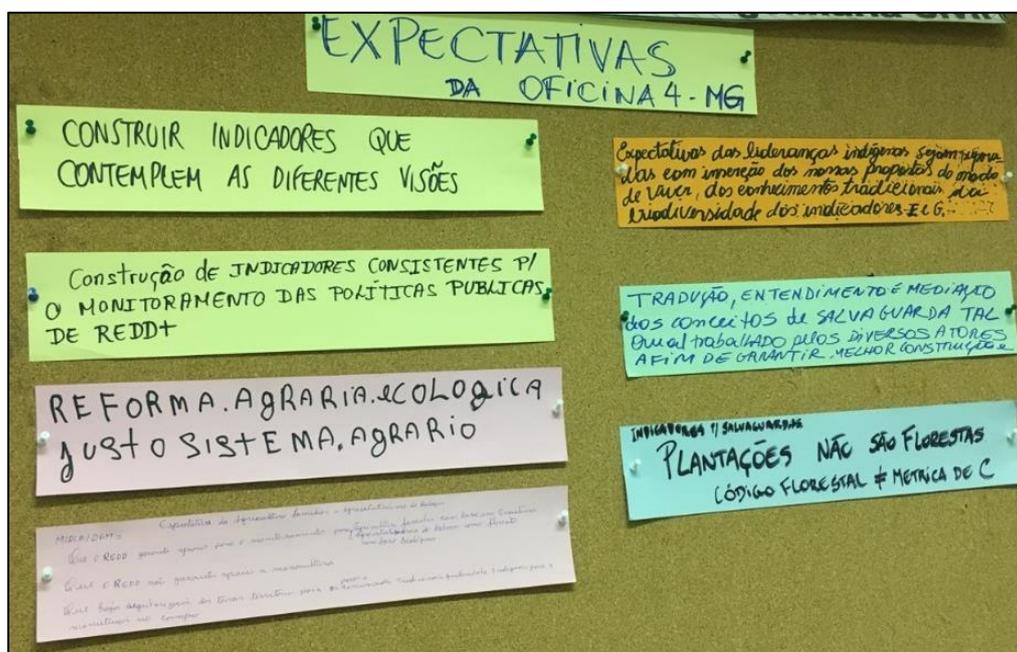


Figura 5. Quadro de expectativas da Oficina 4 - SISREDD+, Belo Horizonte - MG

Seguiu-se com as apresentações institucionais do Ministério do Meio Ambiente (Monique Ferreira) e do Instituto Estadual de Floresta de Minas Gerais (Fernanda Teixeira). Todas apresentações estão disponíveis no site REDD+ Brasil (<http://redd.mma.gov.br/pt/reunioes>), onde é feita a divulgação pública do processo de desenvolvimento do SISREDD+ Brasil.

6.1 De REDD+ à construção do SISREDD+

(Monique Ferreira, Coordenadora Geral de Transparência e Financiamento para Florestas, Departamento de Florestas e de Combate ao Desmatamento do Ministério do Meio Ambiente)

A apresentação iniciou com a descrição do cenário internacional no qual o REDD+ foi criado e seguiu com a exposição do processo até especificamente as salvaguardas trabalhadas na oficina de Minas Gerais.

Dentre as medidas de adaptação e mitigação da mudança do clima propostas na Conferência das Partes (COP) do Clima foi identificada a importância da manutenção das florestas, dada a sua capacidade de captura e estoque de carbono da atmosfera, um dos gases responsáveis pelo aquecimento global.

A partir disso, e considerando que os países que mais possuem florestas naturais são países em desenvolvimento formulou-se o REDD+ (Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação florestal), que seria um instrumento de incentivo econômico à conservação e manutenção desses ambientes naturais. Esse instrumento envolve a redução do desmatamento e da degradação ambiental, a conservação e aumento dos estoques de carbono florestal e o manejo sustentável desses ambientes.

Partindo para a esfera nacional, foi colocado que o Brasil desenvolveu a Estratégia Nacional de REDD+ (ENREDD+), que atua em duas direções: 1. No âmbito internacional, ela busca os países financiadores e apresenta a comprovação dos resultados atingidos; 2. No âmbito nacional, define as regras de distribuição dos recursos e coordena as políticas de incentivo à redução do desmatamento. A coordenação é feita pela Comissão Nacional para REDD+ (CONAREDD+).

Ressaltou-se que os pagamentos são feitos por resultados já atingidos e que estes não podem ser utilizados por países doadores no cumprimento de suas metas de redução de emissão. Portanto, não funciona como um mercado de créditos de carbono. Além disso, a mensuração e verificação é feita em escala nacional (ou por biomas, como no Brasil), devido a um melhor custo-benefício de transação.

Foi pontuado ainda que o Brasil já executava políticas florestais de redução ao desmatamento e de respeito aos povos e comunidades tradicionais, antes de REDD+ ser definido. Sendo assim, a ENREDD+ não vem inovar, mas organizar e alinhar essas políticas e responder os compromissos da convenção do clima para poder trazer os recursos para o país.

Dentre os componentes da CONAREDD+ está a Câmara Consultiva Temática de Salvaguardas (CCT-Salvaguardas), responsável por acompanhar como as salvaguardas de Cancun estão sendo consideradas e respeitadas na implementação de REDD+ pelo Brasil. Essas salvaguardas são princípios definidos internacionalmente com objetivo de minimizar impactos negativos e amplificar impactos positivos das políticas de REDD+, buscando assegurar que os recursos de REDD+ não produzam impactos negativos, e abordar, de maneira adequada, questões sensíveis.

Ressaltou-se a importância da tradução dessas salvaguardas para o contexto brasileiro, de forma que realmente se adequasse à realidade do país. A implementação dessas salvaguardas

envolve ainda o seu monitoramento e ouvidoria. Para tanto, está sendo desenvolvido o Sistema de Informação sobre Salvaguardas (SISREDD+). Reforçou-se que este é mais que um sistema computacional, mas representa também um componente de ouvidoria e arranjo de implementação, tanto com as representações nas oficinas e na CCT-Salvaguardas, quanto sua governança futura. Esse sistema funcionaria a partir da verificação de indicadores específicos que apontassem para os alvos de cada salvaguarda. Para finalizar foram descritas as salvaguardas a serem trabalhadas na oficina. A salvaguarda E aborda a conservação e respeito à sociobiodiversidade, ressaltando a relevância dos modos de vida associados aos diferentes ambientes naturais. A salvaguarda G trata da prevenção do deslocamento da emissão de carbono para outras áreas do território, em outros biomas, apontando a necessidade de se monitorar o território como um todo, considerada as especificidades do desmatamento em cada área.

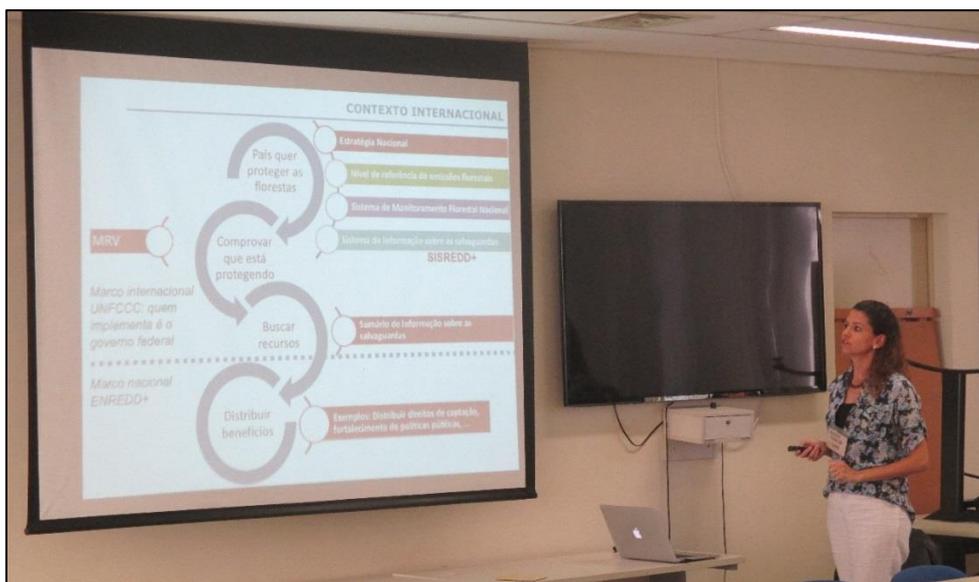


Figura 6: De REDD+ à construção do SISREDD+, Monique Ferreira (MMA). Fonte: NSC

Após a exposição, o debate desse momento se concentrou nos seguintes pontos:

- O SISREDD+ servirá também como um diagnóstico mais preciso da situação das políticas públicas ambientais existentes;
- As ouvidorias serão o principal canal de comunicação direta com a comunidade, depois que o SISREDD+ for implementado, além da CCT-Salvaguardas;
- A participação de povos e comunidades tradicionais na formulação dos planos e estratégias nacionais ocorreu através das representações nas Câmaras Consultivas Temáticas, âmbito da Comissão Nacional de REDD+;
- Atualmente, os limites de captação de pagamentos por resultados de REDD+ se limitam à Amazônia, pois só se tem comprovação de resultados para este bioma. Entretanto, os recursos destinados à esfera federal podem ser direcionados para os demais biomas;
- Apesar da diversidade de ambientes naturais no Brasil, a contabilidade de redução de emissão só é feita para áreas de florestas, de acordo com a UNFCCC (Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. Mas a distribuição de recursos não se limita somente a este ambiente ;

- As propostas de REDD+ são específicas para cada país. Por exemplo o Brasil não trabalha com a comercialização de créditos de Carbono, diferente da Costa Rica que já tem esse tipo atividade;
- Apesar de ser uma oficina aberta à participação do público foi colocada a importância de se reforçar os canais de governança já existentes, buscando indicações dos conselhos como o Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, como tem sido feito neste processo, mas também de agregar outros participantes interessados.

6.2 Ações de conservação e recuperação de vegetação nativa desenvolvidas pelo Instituto Estadual de Florestas/Minas Gerais

(Fernanda Teixeira Silva, Diretora de Conservação e Recuperação de Ecossistemas – IEF/MG)

O Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais (IEF-MG) é o órgão responsável pela execução das políticas florestais no estado, trabalhando com pesquisas e projetos nas áreas de conservação dos ambientes naturais e da biodiversidade e manejo sustentável de recursos renováveis. O instituto segue um processo adaptativo de estratégias e políticas que atuam em diversas frentes, desde a recuperação de áreas degradadas, manutenção de corredores ecológicos até o incentivo a pequenos produtores. Durante a apresentação foram citados diversos programas que exemplificam as atividades realizadas pelo IEF-MG.

Dividiram-se esses projetos em três linhas gerais de atuação. A primeira linha corresponde aos programas de fomento ambiental, que visam tanto a regeneração natural das áreas degradadas, quanto o enriquecimento e plantio de mudas de plantas nativas. Já a segunda linha trabalha com o fomento de produção ou fomento social, a partir do qual se fornece mudas de plantas nativas ou exóticas, como o eucalipto, que gerem lucro ou produzam matéria-prima para as atividades da comunidade. Por último existem os programas de fomento florestal, que seriam uma aliança dos objetivos econômico, social e ambiental, mas não foram ainda implementados.

Ressaltou-se a importância dos viveiros florestais administrados pelo IEF-MG no desenvolvimento desses programas, uma vez que a produção de mudas e de material madeireiro é a base das atividades. Nesses viveiros são planejados e realizados a coleta e o beneficiamento de sementes, a produção de mudas e atividades de educação ambiental.

Colocou-se que os recursos utilizados nos projetos advêm em regra, do próprio estado, e alguns também são financiados por entes externos, como exemplo, o Projeto de recuperação e proteção de serviços do clima e biodiversidade do corredor sudeste da mata atlântica brasileira (GEF-Mata Atlântica). Durante a apresentação foram citados diversos outros programas que exemplificam as atividades realizadas pelo IEF-MG, como o PROMATA (fase 2), o Plantando o Futuro e o Bolsa Verde. Como próximos passos, colocou-se a consolidação e expansão dos programas existentes e a realização de discussões mais aprofundadas sobre os parâmetros de regularização dos sistemas agroflorestais (SAFs).

Após a exposição, o debate desse momento se concentrou nos seguintes pontos:

- Falta contemplar a participação de povos indígenas e povos e comunidades tradicionais dentro dos processos institucionais de formulação e implementação de políticas ambientais e do estado;

7 SEGUNDO DIA - APRESENTAÇÕES PREPARATÓRIAS E CONSTRUÇÃO DE INDICADORES

7.1 O desenvolvimento do SISREDD+ e a Oficina de Minas Gerais

(Carlos Eduardo Marinelli, Grupo Natureza, Sociedade e Conservação e Mestrado em Gestão de Áreas Protegidas do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia)

A apresentação iniciou-se retomando o contexto internacional e nacional, apontado na apresentação do Ministério do Meio Ambiente, de todo o processo de desenvolvimento do SISREDD+ e dos indicadores das Salvaguardas, apresentando o mapa do caminho do processo de construção dos indicadores, desde as Salvaguardas de Cancun até a oficina de Minas Gerais.

Foram feitas algumas considerações sobre os indicadores e sobre os requisitos a serem considerados durante a construção dos mesmos. Foi ressaltada a necessidade de indicadores simples, viáveis e amplos, mas que reflitam a realidade local, monitorem processos e não apenas impactos. Ressaltou-se a dificuldade ainda existente no monitoramento de impactos e sua relação com o momento que o Brasil está na implementação de REDD+, mesmo sendo um país com muita discussão e avanços nessa agenda.

É necessário avaliar a ocorrência de alguns fatores básicos, como o atendimento a uma série de leis e políticas relacionadas com as salvaguardas já em implementação. Então, quanto mais tornar-se possível analisar processos, mais haverá indicadores associados ao momento que estamos para que no futuro hajam condições de avaliar impactos.

Apresentou-se um panorama dos alvos construídos na oficina do Acre para as sete salvaguardas de REDD+ e os resultados gerais das oficinas anteriores (Mato Grosso e Pará) de construção de indicadores.

Para se consolidar os conceitos básicos da oficina (alvo, princípio e indicador), foi realizada uma atividade participativa de definição desses termos. Princípio foi colocado como uma ética, premissa que não pode se perder no meio do processo; é tudo que vem do começo das discussões; que não pode faltar. Alvo é um objetivo; algo que eu quero alcançar; onde eu quero chegar – nas salvaguardas é para onde os indicadores devem olhar; e indicadores servem para representar se e o quanto um alvo é atingido.

Considerando o processo de construção dos indicadores, foram explicados os objetivos a oficina de Minas Gerais. Além disso, apresentou-se uma análise comparativa dos atores que vem participando deste processo, desde a primeira oficina do Acre. Destacou-se o crescente percentual de participações contínuas no processo. Também se observou significativa participação de representantes do governo estadual, assim como ocorreu nas oficinas anteriores. Outro ponto positivo foi o aumento da participação de representantes da academia, da agricultura familiar e de povos e comunidades tradicionais, em especial de representantes quilombolas, resultado de esforços de mobilização por parte da comissão organizadora das oficinas. Ressaltou-se ainda que nem todos os convidados confirmam presença no evento ou de fato comparecem, mesmo quando confirmam presença. Dessa forma, a proporção de representações na oficina não é o ideal, mas o esforço é feito em direção a isso.

Após a exposição, o debate desse momento se concentrou nos seguintes pontos:

- Questionou-se porquê que não se insere a Lei 13.123 nas discussões de REDD+. Foi indicado pelo MMA e membros da CCT-Salvaguardas que esse ponto está sendo discutido na CCT, mas que já existe um conjunto de normas e diretrizes nacionais em âmbito federal que tratam da conservação da biodiversidade, considerando o conhecimento tradicional associado a ela;
- Foi sugerido uma revisão de texto da contextualização das salvaguardas para que reflita o conteúdo que foi extraído para os materiais de apoio utilizados nas oficinas de construção de indicadores.
- Foi pontuado que a redação do princípio tem que ser clara e robusta para transmitir tudo o que a gente quer garantir e que, se não for cumprido, aponte para uma falha sistêmica e não uma falha pontual, porque se não a gente coloca no texto do indicador algo que não foi atingido esse ano, tudo bem, monitora ano que vem e vamos ver se melhoramos. Mas se colocar no princípio, a falha será sistêmica e englobará o todo.



Figura 8: Construção participativa dos indicadores do SISREDD+ e a Oficina de Minas Gerais, Caê Marinelli (Grupo NSC). Fonte: NSC

8 SEGUNDO E TERCEIRO DIA – CONTINUAÇÃO DOS GRUPOS DE TRABALHO PARA FORMULAÇÃO DE INDICADORES E FEIRA DE RESULTADOS

Os grupos de trabalhos multissetoriais foram divididos de acordo com as salvaguardas dessa oficina (E e G) sendo que para a salvaguarda G foram montados dois grupos, devido à quantidade de alvos a serem trabalhados. Os grupos foram divididos de acordo com a afinidade dos participantes com os temas abordados pelas salvaguardas, princípios e alvos de monitoramento, buscando equilíbrio de setores e gênero e de participantes que já haviam participado de outras oficinas e participantes novos no processo. Os grupos de trabalhos discutiram os alvos e definiram os indicadores.

Ao final da atividade de construção de alvos cada grupo visitou os trabalhos dos outros grupos em formato de uma feira de informações, possibilitando que todos contribuíssem em todas as salvaguardas enriquecendo a construção dos indicadores. Por fim, os grupos fecharam seus trabalhos com a priorização dos indicadores, determinando o grau de relevância de cada um dentro dos alvos de cada salvaguarda.



Figura 9. Grupos de Trabalho para elaboração dos indicadores (Salv E e G). Fonte: NSC

9 ENCERRAMENTO E BALANÇO DA OFICINA

Os objetivos propostos para a oficina foram cumpridos. Os indicadores foram construídos para as Salvaguardas E e G com base no entendimento concreto dos alvos e princípios das salvaguardas e das políticas de REDD+.

O equilíbrio de representantes dos diferentes setores foi alcançado, mas não como o previsto, devido a representação incipiente de povos indígenas e comunidades tradicionais do estado de Minas Gerais no processo de construção destes indicadores. Esse segue como um dos maiores desafios deste processo e de tantos outros em processos participativos nas mais diferentes iniciativas no país.

O encerramento desse evento marca o término da etapa de construção de indicadores do SISREDD+. Os três eventos (Mato Grosso, Belém e Minas Gerais) foram essenciais para o desenvolvimento da metodologia de avaliação das salvaguardas e do sistema como um todo, uma vez que foram expostas as realidades de quem é diretamente influenciado por políticas ambientais, que estarão refletidas nos indicadores do SISREDD+. Dessa forma, os indicadores construídos estarão mais próximos da realidade dos atores locais, e provavelmente serão mais contextualizados, abrangentes e eficientes do que se não fossem construídos coletivamente.

Agora os indicadores serão avaliados tecnicamente quanto sua viabilidade e a aplicabilidade, entre outros critérios. O próximo e último passo desta etapa coletiva é construção das formas de medir os indicadores e a identificação de suas fontes de dados e informações durante uma oficina a ser realizada em Brasília (DF) por um público especializado. Reforçou-se que alguns membros da CCT-Salvaguardas estarão presentes nesta oficina.

Lista de participantes

	Nome	Instituição
1	Adriana Bayma	Ministério do Meio Ambiente (DECO/MMA) – Distrito Federal
2	Alexandre da Silva Maciel (Xandão)	Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS) - Resex Chico Mendes - Acre
3	Aparecido Alves de Souza	Agricultores Familiares e Agroextrativistas de Frutos do Cerrado e da Caatinga do Norte de Minas – Minas Gerais
4	Camila Monteiro Oliveira	CEVAIAC e CCT-Salvavidas – Acre
5	Carmo Thum	Associação Pomeranos do Sul – Rio Grande do Sul
6	Célia Gonçalves Pereira	Indígena Angoko Pataxó – Minas Gerais
7	Crisanto Rudzo Teremey'wa	Federação dos Povos e Organizações Indígenas do Mato Grosso (FEPOIMT) – Mato Grosso
8	Denizia Cruz	Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME) – Sergipe
9	Edna Marajoara	Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT) – Pará
10	Elcio Manchineri	Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB/COIAB) – Brasília
11	Eliseu da Silva (Xum Xum)	Quilombo Urbano de Capão Bonito – Mato Grosso
12	Fernanda Teixeira Silva	Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais (IEF-MG) – Minas Gerais
13	Irene dos Santos Braz	Indígena Aranaxuá Pataxó – Minas Gerais
14	Israel Gomes Morais	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais (SEMA-MA) – Maranhão
15	Janete dos Santos Oliveira	Terreiro de Umbanda Caboclo Sete Flechas – Pará
16	Januário Tseredzaro Ruri-õ	Mobilização dos Povos Indígenas do Cerrado (MOPIC) / DGM-FIP – Mato Grosso
17	Jaqueline Homobono Nobre	Instituto Estadual de Florestas (IEF-AP) – Amapá
18	João Paulo Mello Rodrigues Sarmento	Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais (IEF-MG) – Minas Gerais
19	Larissa Ambrosano Packer	Terra de Direitos/ Grupo Carta de Belém (GCB) – Rio de Janeiro
20	Luiza Muccillo	Pós-Graduação em Ciência Ambiental – USP (PROCAM – USP) – São Paulo
21	Manoel Edivaldo Santos Matos	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém (STTR) – Pará
22	Marcela Vecchione	Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) /UFPA – Pará

23	Marcelo Calazans	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) – Espírito Santo
24	Marcia Catarina David	Ministério do Meio Ambiente (DFCD/MMA) – Distrito Federal
25	Maria do Socorro Teixeira Lima	Movimento das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) / DGM – FIP – Tocantins
26	Raimundo Magno C. Nascimento	Comunidade Quilombo África e Larantijuba em Moju – Pará
27	Regina Carvalho	Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA- AP) – Amapá
28	Richard Van der Hoff	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – Minas Gerais
29	Rubem Taverny	Associação dos Retireiros do Araguaia (ARA) – Mato Grosso
30	Sâmya Milena Brandão	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) – Distrito Federal
31	Sarah Emanuelle Teixeira Gusmão	Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM-MG) – Minas Gerais
32	Stoney do Nascimento Pinto	Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais (IMC-AC) – Acre
33	Thiago Gelape	Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais (IEF-MG) – Minas Gerais
Núcleo de Coordenação e Comissão organizadora da oficina		
34	Alexandre Avelino	Ministério do Meio Ambiente (DFCD/MMA)
35	Monique Ferreira	Ministério do Meio Ambiente (DFCD/MMA)
36	Leandra Fatorelli	Programa de Políticas para Mudança do Clima (PoMuC) - GIZ
37	Camila Pianca	Grupo Natureza, Sociedade e Conservação (Grupo NSC)
38	Carlos Eduardo Marinelli	Grupo Natureza, Sociedade e Conservação (Grupo NSC)
39	Cinthy Cordova	Grupo Natureza, Sociedade e Conservação (Grupo NSC)

Lista de siglas

- **APIB**: Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
- **CAR**: Cadastro Ambiental Rural
- **CCT-Salv**: Câmara Consultiva Temática sobre Salvaguardas
- **COIAB**: Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia
- **CONAREDD+** : Comissão Nacional para REDD+
- **COP CLIMA**: Conferência das Partes do Clima
- **DFCD**: Departamento de Florestas e de Combate ao Desmatamento
- **ENREDD+**: Estratégia Nacional de REDD+ ENREDD+
- **FEPOIMT**: Federação dos Povos e Organizações Indígenas do Mato Grosso
- **GIZ**: Agência de Cooperação Técnica Alemã
- **Grupo NSC**: Grupo Natureza, Sociedade e Conservação
- **IEF-MG**: Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais
- **MMA**: Ministério do Meio Ambiente
- **PROMATA**: Projeto de Proteção da Mata Atlântica
- **PoMuC**: Programa de Políticas para Mudança do Clima (PoMuC) - GIZ
- **REDD+**: Redução das Emissões Provenientes por Desmatamento e da Degradação Florestal, Conservação dos Estoques de Carbono Florestal, Manejo Sustentável de Florestas e Aumento de Estoques de Carbono Florestal
- **RESEX**: Reserva Extrativista
- **SAFs**: Sistemas Agroflorestais
- **SISREDD+**: Sistema de Informação sobre como as Salvaguardas de Cancun
- **UNFCCC**: Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima

Oficina 4 – Minas Gerais - Quadro de indicadores construídos para salvaguardas E e G

Os quadros apresentam os resultados da atividade em grupo de proposição de indicadores para monitorar os alvos de monitoramento³. Os participantes propuseram para cada indicador sua **descrição** (Do que se trata o indicador, podendo ser desde um conceito até detalhamento), **cobertura** (O que será considerado, seu recorte), **frequência de avaliação** (A cada quanto tempo será avaliado, não é a frequência de coleta de dados, e sim de avaliação) e **observações** (Quaisquer informações relevantes para qualificar o indicador ou proposição de fontes ou forma de cálculo identificadas naquele momento). O restante das informações necessárias para finalizar a construção dos indicadores será desenvolvido na última oficina regional (Oficina de Brasília, DF) para todas as salvaguardas.

Os indicadores em negrito são aqueles que foram priorizados pelo grupo dentre os demais para o mesmo alvo. Vale ressaltar que os resultados apresentados nos quadros representam a caracterização dos indicadores, uma primeira parte do processo, o trabalho de construção dos parâmetros de avaliação e fontes de informação será desenvolvido em uma oficina posterior ainda na etapa 2 deste processo, como mostra a figura 1 no início do documento.

³ Os alvos e monitoramento são temas relevantes para acompanhamento pelo SISREDD+ que foram definidos na oficina do Acre, também de forma coletiva, a partir de um conjunto de princípios, extraídos do documento de contextualização nacional das salvaguardas, elaborado pela Câmara Consultiva Temática sobre Salvaguardas.

Salvaguarda E. Ações consistentes com a conservação das florestas naturais e diversidade biológica, garantindo que as ações de REDD+ não sejam utilizadas para a conversão de florestas naturais, mas sim para incentivar a proteção e conservação das florestas naturais e seus serviços ecossistêmicos, e para contribuir para outros benefícios sociais e ambientais.

Princípio	Alvo	Indicador	Descrição	Cobertura	Frequência de avaliação	Observações	
Princípio 1. Conservação e uso sustentável de ecossistemas naturais, sua biodiversidade e seus serviços ecossistêmicos	1. Criação de áreas protegidas, principalmente Unidades de Conservação de uso sustentável, e o monitoramento da sua implementação.	Instrumentos de consulta prévia ampla e efetiva para criação de Unidades de Conservação de Uso Sustentável e de Proteção Integral	Consulta prévia para criação, recategorização, redução, redelimitação	Nacional - Unidades de Conservação e sua zona de amortecimento	Anual e Quadrienal	Outros potenciais indicadores: Alcance da meta 11 (Aichi) - pós 2020 para outras que surgirem; Planos de manejo comunitário; Planos de manejo; Atuação de conselhos (gradativamente): desde criado até em perfeita atuação; Fomento ao manejo sustentável de rec. naturais	
	2. Instrumentos de gestão territoriais sendo aplicados em áreas protegidas e em sua zona de amortecimento	Implementação de programas-chave: produção, execução financeira, etc.	-	-	Nacional - Áreas protegidas e sua zona de amortecimento	Anual (quando possível) / Quadrienal (no mínimo)	-
		Políticas de Gestão Territorial	Planos de uso, Termo de compromisso, Gargalos (fogo, caça, gado), etc.	-	Nacional - Áreas protegidas e sua zona de amortecimento	Anual e Quadrienal	Indicador de risco
		Instrumentos de consulta prévia, ampla e efetiva de gestão de território.	Protocolos comunitários (de áreas protegidas e territórios tradicionais)	-	Nacional	Anual e Quadrienal	Fonte: TCU
		Priorização de excedentes da vegetação nativa para fins de REDD+	Cotas de reserva ambiental (CRA - exceto em caso de ações de REDD+), servidão, condomínio, RPPN	-	Nacional	Anual e Quadrienal	-

Princípio 1. Conservação e uso sustentável de ecossistemas naturais, sua biodiversidade e seus serviços ecossistêmicos	4. Identificação, valorização ou valoração de serviços ecossistêmicos e ambientais e do conhecimento tradicional associado	Implementação de instrumentos e mecanismos para valorização e valoração de serviços ecossistêmicos e ambientais	-	Federal e estaduais	Anual e Quadrienal	-
		Políticas, programas, ações para monitoramento da dinâmica de serviços ecossistêmicos e ambientais	Analisar: soberania alimentar, qualidade de vida e reconhecimento/valorização dos conhecimentos e modos de vida tradicionais.	Nacional	Anual e Quadrienal	Considerando: Soberania = foco em produzir o que come; que é diferente de segurança alimentar = alimentação sem riscos para saúde e de subsistência (foco em comer, seja de produção própria ou industrializada).
		Perda de valor econômico de serviços ecossistêmicos por degradação, biopirataria, ou espécies invasoras	-	Nacional	Anual e Quadrienal	Potenciais fontes: TEEB? CDB (meta 2)? IPEA?
		Risco de expropriação pelas dinâmicas de valoração	-	Nacional	Anual e Quadrienal	Caso do leite do Amapá, da erva-mate e da sempre-viva.
		Perda de área de uso por restrição ou substituição de ecossistemas naturais por monocultura, pecuária e mineração	Perda do manejo tradicional de recursos da sociobiodiversidade, da soberania alimentar e dos modos de vida tradicionais	Formação, bioma, ...? (ver TEEB)	Anual e Quadrienal	-
		Risco da generalização da compensação em detrimento da regeneração e recompensação	Perda do manejo tradicional de recursos da sociobiodiversidade, da soberania alimentar e dos modos de vida tradicionais	Federal/estadual	Anual e Quadrienal	-
	6. Dinâmicas de conflitos socioambientais	-	-	-	-	O grupo entendeu que isso é tratado transversalmente nos indicadores propostos
	9. Monitoramento dos ecossistemas naturais: pesquisa e inovação em temas chave para conservação	Implementação de planos de ação para espécies ameaçadas	Análise do processo: criação do plano, implementação, mudança da lista, etc.	Nacional	Anual e Quadrienal	-

Princípio 1. Conservação e uso sustentável de ecossistemas naturais, sua biodiversidade e seus serviços ecossistêmicos	9. Monitoramento dos ecossistemas naturais: pesquisa e inovação em temas chave para conservação	Implementação de planos de ação para espécies ameaçadas	Análise do processo: criação do plano, implementação, mudança da lista, etc.	Nacional	Anual e Quadrienal	-
		Identificação de novas espécies	Inventário de Floresta Nacional, Espécies das áreas prioritárias de conservação, inclusive plantas alimentícias não convencionais (PANCs) e medicinais	Nacional	Anual e Quadrienal	-
		Inventários sistematizados		Nacional	Anual e Quadrienal	Envolvimento do conhecimento tradicional
		Fomento a inventários Sistematizados		Nacional	Anual e Quadrienal	Envolvimento do conhecimento tradicional
		Preenchimento do SiBBr	-	Nacional	Anual e Quadrienal	Fonte: SiBBr - Sistema de Informação sobre a Biodiversidade Brasileira
		Autorizações do CGEN (Conselho de Gestão do Patrimônio Genético) para inventários	-	Nacional	Anual e Quadrienal	-
		Nível de repartição de benefícios do patrimônio genético e dos conhecimentos tradicionais*	-	-	-	*Indicador de risco
		Relação autorizações cedidas x negadas pelo CGEN (Conselho de Gestão do Patrimônio Genético)	-	Nacional	Anual e Quadrienal	Fonte: SisGen (Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético e do Conhecimento Tradicional Associado)

Princípio 1. Conservação e uso sustentável de ecossistemas naturais, sua biodiversidade e seus serviços ecossistêmicos	9. Monitoramento dos ecossistemas naturais: pesquisa e inovação em temas chave para conservação	Relação provisão/execução orçamentária de financiamentos para conservação	-	Órgãos executivos federais e estaduais	Anual e Quadrienal	- Fontes: Tribunais de contas estaduais, Planos Plurianuais (federal e estaduais) e Orçamentos Anuais. Qual seria o espaço paritário para escala entre município e estado?;
		Adoção de critérios para potencializar acesso a recurso adequado a contextos	Exigências de garantias do proponente; Exigência de comprovantes de habilitação técnica; Aceitação de parcerias -	BNDES (Fundo Amazônia), REM e outros novos programas-	Fluxo Contínuo e Quadrienal -	Programa REM: REDD+ Early Movers
		Acesso à recursos para recuperação por organizações de PI, PCT e AFT		Próprios programas e iniciativas de REDD+ órgãos executivos federais e estaduais	Anual e Quadrienal	-
	11. Proteção e promoção da variabilidade genética <i>in situ</i> nos ecossistemas e <i>on farm</i> nos agroecossistemas e suas sementes, mudas e raças crioulas.	Tecnologia social baseada em boas práticas tradicionais	Ex. Fomento à pesquisa e certificação de sementes nativas	Territórios tradicionais	Anual e Quadrienal	Fonte: PRADAs (Projetos de Recomposição de Áreas Degradadas e Alteradas)
		Operacionalização de políticas/programas de incentivo ao desenvolvimento e inovação	Ex. Fomento à rede de agroecologia e sistematização do conhecimento das redes agroecológicas	Federal e estaduais	Anual e Quadrienal	-
		Monopólios de tecnologia internacional*	Plataformas tecnológicas, germoplasmas e outros	Federal e estaduais	Anual e Quadrienal	*Indicador de risco

Princípio 2. Recuperação de ecossistemas degradados e restauração da vegetação nativa	2. Instrumentos de gestão territoriais sendo aplicados em Áreas de Preservação Permanente - APP, Reserva Legal - RL e área de uso restrito (AUR)	Implementação dos PRADAs (Projetos de Recomposição de Áreas Degradadas e Alteradas)	Situação inadequada: recomposição, regeneração ou compensação	Estadual	Bienal e Quadrienal	Recomposição e regeneração (por Estado); e Compensação (por Bioma)
		Atualização e cobertura de instrumentos de verificação remota	Situação inadequada: recomposição, regeneração ou compensação	Estadual	Bienal e Quadrienal	Recomposição e regeneração (por Estado); e Compensação (por Bioma)
		Validação do CAR*	Diferentes resultados de avaliação (modo de análise)	Estadual	Bienal e Quadrienal	* Indicador de risco - Áreas adequadas (passam apenas por Comando e Controle) e por isso não são consideradas neste princípio 2 - Dialoga com alvo 5, Princípio 2, Salvaguarda G
	3. Corredores ecológicos e conectividade de áreas	Fomento a iniciativas de conectividade para formação de corredores ecológicos	-	-	-	Proposta de indicador
	6. Monitoramento, pesquisa e inovação em recuperação, restauração e adaptação	Tecnologia social baseada em boas práticas tradicionais	-	Territórios tradicionais	Anual e Quadrienal	Fonte: PRADAs (Projetos de Recomposição de Áreas Degradadas e Alteradas),
		Operacionalização de políticas/programas de incentivo ao desenvolvimento e inovação	-	Federal e estaduais	Anual e Quadrienal	-
		Monopólios de tecnologia internacional*	Plataformas tecnológicas, germoplasmas e outros	Federal e estaduais	Anual e Quadrienal	*Indicador de risco
		Fomento à pesquisa e certificação participativa de sementes nativas	-	Nacional	Anual e Quadrienal	Fonte: Cadastro Nacional de Sementes Crioulas
		Fomento à rede de agroecologia	-	Nacional	Anual e Quadrienal	-
		Sistematização do conhecimento das redes de agroecologia	-	Nacional	Anual e Quadrienal	-

<p>Princípio 2. Recuperação de ecossistemas degradados e restauração da vegetação nativa</p>	<p>7. Instrumentos e mecanismos de apoio e incentivo positivo à preservação, conservação, recuperação, restauração e adaptação</p>	<p>Destinação de recursos para o monitoramento da aplicação dos mesmos</p>	<p>Aplicação de recursos em: preservação, conservação, recuperação, restauração e adaptação</p>	-	-	-
		<p>Relação provisão/execução orçamentária de financiamentos para recuperação</p>	<p>Qual seria o espaço paritário para escala entre município e estado?</p>	<p>Órgãos executivos federais e estaduais</p>	<p>Anual e Quadrienal</p>	<p>- Fontes: Tribunais de contas estaduais, Planos Plurianuais(federal e estaduais) e Orçamentos Anuais e Programas de Recuperação Ambiental (PRAs) prioritariamente com espécies nativas; não existe compensação em Áreas de Proteção Permanente (APPs)</p>
	<p>11. Planos de recuperação adequados e coerentes com a conservação e factíveis em sua implementação</p>	<p>Relação provisão/execução orçamentária de financiamentos para recuperação</p>	<p>Qual seria o espaço paritário para escala entre município e estado?</p>	<p>Órgãos executivos federais e estaduais</p>	<p>Anual e Quadrienal</p>	<p>- Fontes: Tribunais de contas estaduais, Planos/Plurianuais(federal e estaduais) e Orçamentos Anuais e Programas de Recuperação Ambiental (PRAs) prioritariamente com espécies nativas; não existe compensação em Áreas de Proteção Permanente (APPs)</p>
		<p>Adoção de critérios para potencializar acesso a recurso adequado a contextos</p>	<p>Exigências de garantias do proponente; Exigência de comprovantes de habilitação técnica; Aceitação de parcerias</p>	<p>BNDES (Fundo Amazônia), REM e outros novos programas</p>	<p>Fluxo Contínuo e Quadrienal -</p>	<p>Programa REM: REDD+ Early Movers</p>
		<p>Segmentos da sociedade impactados/consultados</p>	-	-	-	<p>Proposta de indicador</p>
		<p>Acesso à recursos para recuperação por organizações de PI, PCT e AFT</p>		<p>Próprios programas e iniciativas de REDD+ Órgãos executivos federais e estaduais</p>	<p>Anual e Quadrienal</p>	-

Princípio 2. Recuperação de ecossistemas degradados e restauração da vegetação nativa	Nível de repartição de benefícios do patrimônio genético e dos conhecimentos tradicionais*	-	-	-	- Proposta de indicador *Indicador de risco
	Tecnologia social baseada em boas práticas tradicionais de sementes crioulas	-	Territórios tradicionais	Anual e Quadrienal	Fonte: PRADAs (Projetos de Recomposição de Áreas Degradadas e Alteradas),
	Operacionalização de políticas/programas de incentivo ao desenvolvimento e inovação para sementes crioulas	-	Federal e estaduais	Anual e Quadrienal	-
	Linhas de apoio para implantação e manutenção de viveiros para espécies nativas e crioulas	-	Próprios programas e iniciativas de REDD+	Anual e Quadrienal	-

PONTOS LEVANTADOS PELOS PARTICIPANTES DURANTES AS ATIVIDADES EM GRUPO:

- Questionamentos ao MMA: O que será do REDD+ com marco que atende/ foca no internacional? Qual o nível de consideração de floresta? E como ficam os demais ecossistemas vegetais?
- Observação para o MMA: Governo precisa cumprir o interno para atender o externo
- Observação para o NSC: Qualificar o “sustentável” quando se refere à produção (Salvaguarda F)
- Sugestão de indicador para Salvaguarda G, Princípio 2, Alvo 5: Formação de gestores para validação do CAR

Salvaguarda G. Ações para reduzir o deslocamento de emissões de carbono para outras áreas

Princípio	Alvo	Indicador	Descrição	Cobertura	Frequência	Observações
Princípio 1. Manutenção de um sistema integrado de monitoramento robusto e transparente em todo território nacional e adequado às especificidades ecológicas de cada bioma	1. Planos de Proteção e Combate ao Desmatamento (PPCDs) para todos os biomas	Implementação de PPCDs estaduais	0- Não há PPCD; 1- PPCD elaborado; 2-PPCD implementado; 3- PPCD com envolvimento setorial; 4-PPCD com envolvimento de municípios; 5- Financeiro destinado aos PPCDs versus recurso externo para apoio aos PPCDs	Hoje = Amazônia + Cerrado Em 2020 = cobertura nacional Recorte de biomas é aquele definido pelo IBGE	Quadrienal	Ao revisar o SISREDD+, contemplar PPCDs dos demais biomas *Indicar como fonte de referência
	2. Estruturação de sistemas de monitoramento em nível regional (por bioma)	Grau de estruturação de sistemas de monitoramento	1- Instituições estruturadas; 2-Equipes capacitadas; 3-Ações monitoramento integrado e fiscalização 4- Cobertura, tecnologias, imagens, público nacional 5-Meios para promover o monitoramento	Por bioma	-	Disponibilização de imagens em alta resolução e verificação em campo para cada bioma, para os estados; frequência na geração de dados para cada bioma. Ex. Integração de dados de saúde indígena, ministério da saúde, estado e terras indígenas
		Adequação dos produtos Programa de Monitoramento Ambiental dos Biomas Brasileiros (PMABB) às especificidades dos estados e municípios	-	-	-	Tomar em conta o Terra Class integrado aos PPCDs e monitoramento Considerar as limitações ao retratar transições no mapa IBGE 2004
	3- Disponibilização de imagens em alta resolução e verificação em campo para cada bioma	-	-	-	-	-
	4- Frequência na geração de dados para cada bioma	-	-	-	-	-

<p>Princípio 1. Manutenção de um sistema integrado de monitoramento robusto e transparente em todo território nacional e adequado às especificidades ecológicas de cada bioma</p>	5. Sistema de análise da degradação da vegetação nativa (em formato aberto)	Existência de programa de análise de degradação com metodologias adequadas para os biomas	-	-	Quadrienal	-
	7. Monitoramento de atividades ilegais de uso e/ou ocupação da terra dentro e na zona de amortecimento de Unidades de Conservação de uso sustentável e outras áreas protegidas	Ações de monitoramento do território	Relatórios de vistoria e comunicações	Unidades de conservação, zonas de amortecimento e outras áreas protegidas (federal, estadual e municipal)	Anual e Quadrienal	-
		Atividades de fiscalização do território	Número de notificações/ autos/ embargos	Unidades de conservação, zonas de amortecimento e outras áreas protegidas (federal, estadual e municipal)	Anual	-
		Capacidade de Unidades de Conservação e áreas protegidas para monitoramento e fiscalização	Qual o nível de capacidade, considerando a infraestrutura, recursos humanos e financeiros e logística	Unidades de conservação, zonas de amortecimento e outras áreas protegidas (federal, estadual e municipal)	Quadrienal	Parâmetros mínimos necessários ou na lógica de: ruim, adequado (p.e X servidores por Km2)
		Implementação de sistema de vigilância participativo	0- Não existe; 1- Existe; 2- Está implementado; 3 - Está integrado aos sistemas de monitoramento	Unidades de conservação, zonas de amortecimento e outras áreas protegidas (federal, estadual e municipal)	Quadrienal	Qual escala? (territórios, municípios)

		Integração dos sistemas de vigilância e os sistemas de monitoramento	0- Não existe; 1- Existe; 2- Está implementado; 3 - Está integrado aos sistemas de monitoramento	Unidades de conservação, zonas de amortecimento e outras áreas protegidas (federal, estadual e municipal)	Quadrienal	Qual escala? (territórios, municípios) Considerar os sistemas da ATIX, Xavante, Somai (Cooperação)
Princípio 2. Ordenamento territorial e regularização fundiária	1. Ordenamento territorial	Dinâmica de destinação de terras públicas	Categorização das terras públicas destinadas; número e dinâmica de destinação	União, estado, município	Anual	O grupo entendeu que o cumprimento do ordenamento territorial não garante a redução do deslocamento
		Reconhecimento e titulação de territórios indígenas e coletivos	Percentual de UC, TI, Territórios de PCT, Resex, PAES, PAF reconhecidos *Ex. Graus:1-identificação;2-portarias, etc.	União, estado, município	Anual	- Reconhecimento: identificação e estudos territórios - Identificação e mapeamento de PI, PCT nesses territórios
		Percentual de territórios reconhecidos	0- Só reconhecido no papel; 1- Reconhecido com instrumento prévio de gestão; 2-Consolidação territorial; 3-Implementação do instrumento de gestão territorial	União, estado, município	Anual	"Instrumento", não necessariamente plano, pois os territórios tradicionais podem ter instrumentos de gestão distintos de um "plano" e mesmo assim ser um instrumento de gestão
	2. Zoneamentos Ecológico Econômico (ZEEs)	Sobreposição de categorias nos ZEEs (mapa e território)	Área de terra com organização de território idêntico com o estabelecido no ZEE (verdade de campo X previsto no instrumento); Aptidões de áreas de ZEE (atendimento); Território de PCTs identificados nos ZEE	Bioma/ Estado/ Categoria Fundiária/ municípios *Com escala adequada para incluir territórios PI,PCT, PAES	Quadrienal	Para o mapeamento utilizar informações de diferentes fontes *Incluindo denúncias e informações participativas *ZEE não reflete o ecológico *Com consultas para identificar como os povos se veem nos territórios

<p>Princípio 2. Ordenamento territorial e regularização fundiária</p>	<p>4. Destinação de terras públicas para fins de conservação da biodiversidade e modos de vida associados, através de criação de Unidades de Conservação, principalmente de uso sustentável e assentamentos de reforma agrária;</p>	<p>Mapeamento de PI, PCTs estabelecidos secularmente em áreas devolutas</p>	<p>Número, Área, Grupo, Bioma</p>	<p>Biomias</p>	<p>Quadrienal</p>	<p>Fonte: Módulo SISCAR para PCTs, áreas em processo, não tituladas</p>
		<p>Demarcação e titulação de territórios de PI, PCT, AFs, individual e coletivo e assentamentos de reforma agrária</p>	<p>Número, Área, Grupo, Bioma</p>	<p>Biomias</p>	<p>Quadrienal</p>	
	<p>5. Sistema de Cadastro Ambiental Rural - SISCAR</p>	<p>Número de imóveis no CAR com algum tipo de sobreposição</p>	<p>Percentual de sobreposição (em área) *Nível de conflito pelo que está em suspenso</p>	<p>Estados</p>	<p>Anual e Quadrienal</p>	<p>Considerar apenas CAR validado *Em análise e controversa Relativo ao que foi registrado de territórios tradicionais e assentamentos *Risco CAR: não tem prazo para validações</p>
		<p>Quantidade de CAR com pedido de readequação</p>	<p>(número, área, porcentagem)-</p>	<p>-</p>	<p>-</p>	<p>Transferir para Salvaguarda. E</p>
	<p>6. Identificação e monitoramento de riscos e drivers de desmatamento por bioma/estados/região/categoria fundiária</p>	<p>Identificação, monitoramento e mitigação de riscos de desmatamento em iniciativas públicas e privadas</p>	<p>0- Riscos não identificados; 1- Riscos identificados; 2- Riscos monitorados; 3-Evitar danos 4- Riscos mitigados</p>	<p>Bioma/ Estado/ Região/ Categoria Fundiária</p>	<p>Anual e Quadrienal</p>	<p>Políticas concorrentes, atividades do setor privado Analisar a mitigação de riscos</p>
		<p>Identificação, monitoramento e mitigação dos efeitos dos drivers desmatamento</p>		<p>Bioma/ Estado/ Região/ Categoria Fundiária</p>	<p>Anual e Quadrienal</p>	<p>Políticas concorrentes, atividades do setor privado Analisar a mitigação de riscos</p>

Princípio 2. Ordenamento territorial e regularização fundiária	7. Conflitos fundiários	Reconhecimento dos acordos coletivos e respeito aos acordos	Acesso livre* ou não – olhar o conflito de natureza no uso tradicional da natureza Acordos/leis que permitem acesso* do uso e extração de recursos naturais	PI, PCTs, AFs	Anual e Quadrienal	PNGATI, CONAQ; Potencial fonte: relatoria anual da comissão pastoral da terra (CPT) *Maioria da legislação não trata de acesso livre apenas acesso
			Vazamento da exploração para entorno *Áreas de garimpo, concessão, extração de madeira (campo)	PI, PCTs, AFs	Anual	(CIMI) para povos indígenas; Ouvidorias; termos de deslocamento de emissão em relação às áreas consolidadas
		*Impactos de políticas públicas, empreendimentos, ...	Impactos da Lei 13465/17 no aumento do desmatamento (Promoção da individualização de territórios coletivos; Desconto de 90% na aquisição e dívidas na terra nua)	Território Nacional; Terra legal	Anual	Olhar na influência do Terra Legal na Lei 13465/17 Contabilizar o número de processos, ameaças e mortes no campo
Princípio 3. Fomento a atividades produtivas sustentáveis e evitar a demanda por produtos que podem ser gerados pelo desmatamento de áreas vulneráveis	1 Monitoramento do Manejo Florestal Sustentável	Uso de REDD+ para fomento de Plano de Manejo Florestal Sustentável (PMFSFeC)	Volume empregado na capacitação para construção e implementação de PMFSFeC	Políticas/ programas de REDD+ PMFS (familiares e comunitários)	Anual e Quadrienal	Plano de Manejo Florestal Sustentável para famílias e comunidades (PMFSFeC)
		Porcentagem de benefícios diretos e indiretos para comunidades da concessão	Concessões florestais conforme instrumentos de gestão e tipo de área/cumprimento de contratos	Monitoramento do órgão ambiental estadual/ Federal	Anual e Quadrienal	-
		Percentual de Planos de manejo florestal familiares e comunitários e de planos de manejo florestal empresariais	- No de solicitações x licenças de PMFSFeC e empresariais - No de licenças de plano no POA para as categorias de manejo florestal Volume de madeira (m ³); Área de concessão (ha); Nº de PMFSFeC não madeireiros e tipos de produtos	Estados	Anual e Quadrienal	Potencial fonte SINAFLOR (madeireiro) (não madeireiro?) e bases estaduais

<p>Princípio 3. Fomento a atividades produtivas sustentáveis e evitar a demanda por produtos que podem ser gerados pelo desmatamento de áreas vulneráveis</p>	<p>2. Arranjos de produção e consumo locais</p>	<p>Percentual de compras públicas de alimentos diretos da agricultura familiar</p>	<p>PNAE (compras públicas)/ PAA? Tipo de produto sugerido e comprado, e sua rastreabilidade</p>	<p>Por município; Por produto (PI,PCT, AFs)</p>	<p>Anual e Quadrienal</p>	<p>CONAB- dados mensais – MEC - PNAE; CONSEA (Conselho Nacional de soberania alimentar e nutricional); Conselho Nacional de saúde (guia da alimentação brasileira); iniciativas que promovam a valorização dos modos de vida e manutenção da juventude nos territórios</p>
		<p>Incentivos para atividades de baixa emissão e produção sustentável</p>	<p>Pesquisa e discussão sobre agricultura, que vai além da agroecologia</p>	-	-	<p>Diferentes realidades relacionadas a agricultura ABC, agroecologia e outros</p>
		<p>Sistematização das redes de agroecologia do Brasil</p>	<p>Informações amplas, vão além de cadeia produtiva (Número de feiras)</p>	<p>ANA, articulação Nacional de Agroecologia</p>	<p>Anual e Quadrienal</p>	-
		<p>Fomento com recursos de REDD+ para organização de feiras agroecológicas</p>	<p>Número de feiras livres agroecológicas; cadeia de produção (ex.: transporte comunidade - feira) *Infraestrutura para o escoamento da produção</p>	<p>Políticas/ programas de REDD+</p>	<p>Anual e Quadrienal</p>	<p>Atenção ao conceito de agroecologia Orçamento previsto x financeiro (executado)</p>
		<p>Fomento com recursos de REDD+ para levantamento de informações sobre agroecologia</p>	<p>Volume de produção; Mapeamento de PI, PCT, AFs que estão nas redes; Área recuperada com agroecologia</p>	<p>Políticas/ programas de REDD+</p>	<p>Anual e Quadrienal</p>	<p>Atenção ao conceito de agroecologia Comitês regionais de agroecologia (MAPA) - Recurso, orçamento</p>
		<p>Fomento a implementação de cadeias produtivas da sociobiodiversidade</p>	<p>Gestão participativa; Planilhas abertas; Negócios justos; Certificação participativa</p>	<p>Políticas/ programas de REDD+</p>	<p>Anual e Quadrienal</p>	<p>Reativar a discussão sobre cadeias no MMA antes de aplicar o indicador</p>

<p>Princípio 3. Fomento a atividades produtivas sustentáveis e evitar a demanda por produtos que podem ser gerados pelo desmatamento de áreas vulneráveis</p>	4. Monitoramento e dinâmica econômica das cadeias produtivas e de produtos da sociobiodiversidade	Mapeamento de iniciativas de certificação e reconhecimento pelo Estado	<p>Certificação de origem e qualidade* e Certificação participativa</p> <ul style="list-style-type: none"> - Certificação do estado (MAPA) SIF; - OPAC (Organismo participativo de avaliação de qualidade orgânica), MAPA - duas modalidades - credencia um organismo registrado ou grupos se registram (venda direta) sem certificação OPAC; <p>Para o grupo o conceito de qualidade deve considerar: práticas sustentáveis, sem uso de agrotóxico, que respeitam os modos de vida, não relacionado a critérios fitossanitários</p>	Regiões/ territórios	Anual e Quadrienal	<p>O grupo entende que os protocolos comunitários declaram os modos de fazer e podem apoiar a certificação de origem e proteger o produtor da perda de produção e garantir a venda no município. Potenciais fontes: TRACE; ouvidorias; cooperativas; e estudos (hoje estagnados) para agregar valor a produtos de acordo com o "IG" (identificação geográfica) e "DO" (denominação de origem) Iniciativas em curso: origens Brasil, selo indígena Funai, certificação orgânica</p>
	4. Monitoramento e dinâmica econômica das cadeias produtivas e de produtos da sociobiodiversidade	*Identificação e monitoramento da execução/ implementação de instrumentos econômicos	-	-	-	-
	5. Consumo sustentável e responsável e mecanismos de Rastreabilidade	Número de iniciativas de CSA organizadas	Tipos de produtos	Regiões metropolitanas	Anual e Quadrienal	Atenção ao conceito de agroecologia
		Produtos certificados não reconhecidos pelos órgãos de fiscalização	Iniciativas de certificação participativa que não foram absorvidas pelo Estado "perda de produção"	Número de produtos; volume da produção	Anual e Quadrienal	Atenção ao conceito de agroecologia
	6. Certificação de origem e qualidade e Certificação participativa	-	-	-	-	(Era alvo, virou descrição do indicador de certificação no alvo 4)

<p>Princípio 3. Fomento a atividades produtivas sustentáveis e evitar a demanda por produtos que podem ser gerados pelo desmatamento de áreas vulneráveis</p>	<p>7. Monitoramento independente de povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares tradicionais das demandas por produtos resultantes do desmatamento de áreas vulneráveis</p>	<p>Monitorar as atividades de grandes empresas que causam desmatamento, poluição, grilagem e violência</p>	<p>Entorno e áreas de uso; Atenção as especificidades: caso da Resex Chico Mendes esta avaliação deve ser por colocação nos castanhais)(</p>	<p>Terras Indígenas (ouvidoria FUNAI), Unidades de Conservação (Uso Sustentável), Territórios protegidos, assentamentos</p>	<p>Anual</p>	<p>Arrendamento de terras (dinheiro rápido/denúncias na Funai) gera pressão psicológica, espiritual em aceitar as ideias deles Ouvidorias resolutivas, resposta conforme modelo da ouvidoria agrária</p>
		<p>Iniciativas e fomento de monitoramento comunitário</p>	<p>Mapeamento dessas iniciativas; Fomento ao uso de recursos de REDD+ empregados</p>		<p>Anual</p>	<p>-</p>
		<p>Resultados do monitoramento independente</p>	<p>Mecanismos independentes de denúncias e avaliação de dados e informação; Denúncias na ONU, Documentários, Denúncias através de sindicatos para chegar na OIT</p>		<p>Anual</p>	<p>ONU (Organização das Nações Unidas) OIT (Organização Internacional do Trabalho)</p>
	<p>8. Tributação diferenciada para atividades sustentáveis, especialmente com base em agroecossistemas biodiversos e que favoreçam a diversidade biológica</p>	<p>Isenções de pagamentos de taxas previstas em leis</p>	<p>Isenções do PGPM-Bio, Isenções fiscais para grandes empresas causadoras de desmatamento; Isenções previstas em leis para Agricultura Familiar; Isenção para agrotóxicos; imunidade tributária e isenção fiscal</p>	<p>Verificar disponibilidade de dados (Estados, ICMS, Municípios e ISS)</p>	<p>Anual e Quadrienal</p>	<p>Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio) CONAB (Recursos, orçamentos);- INESC (Dados para mineradoras) - ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços</p>
		<p>Percentual do recurso de ICMS ecológico definido pelo município destinado para ações ambientais</p>	<p>ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços No caso do ICMS, o imposto que depois de arrecadado, deve ser repartido, ficando 75% para o Estado que o arrecadou, e 25% ser destinado aos municípios.</p>	<p>Municípios</p>	<p>Anual e Quadrienal</p>	<p>O ICMS Ecológico pode servir como um instrumento de estímulo à conservação da biodiversidade, quando ele compensa o município pelas Áreas Protegidas já existentes e quando incentiva a criação de novas Áreas Protegidas, já que considera o percentual que os municípios possuem de áreas de conservação em seus territórios.</p>
		<p>Uso de recursos de REDD+ para subsidiar taxas para cooperativas</p>	<p>Taxas de energia, Taxas de água, Isenção de ICMS</p>	<p>Programas de REDD+</p>	<p>Anual e Quadrienal</p>	<p>-</p>

PONTOS LEVANTADOS PELOS PARTICIPANTES DURANTES AS ATIVIDADES EM GRUPO

- Grupo 1 → Atendimento das comunidades em municípios (invisibilidade administrativa) encaminhar para salvaguarda C.
- Grupo 1 → Passivo ambiental das áreas protegidas de uso sustentável
- Grupo 2 → Cumprimento do compromisso do desmatamento zero (avaliar sobreposição desta proposta de indicador com indicadores construídos para salvaguarda F)
- Grupo 2 → Áreas de transição entre biomas (internalizar e encaminhar discussão para o Grupo de Trabalho Técnico de REDD+/GTT REDD+)
- Grupo 2 → Agroecologia de verdade não causa desmatamento, por tanto deve ser considerado vetor de desmatamento e/ou degradação.

